



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

PARECER JURÍDICO/PMI/DICOM/2020
PROCESSO Nº: 19072017/001- IL.
CONTRATO: 20170502
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA SUPRIR A NECESSIDADE DO POSTO DE SAÚDE LOCALIZADO NA COMUNIDADE ÁGUA BRANCA – 15 AMPRES/MÊS.
ASSUNTO: PEDIDO DE 6º ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CONTRATADO: ELIVALDO PEREIRA BARBOSA

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada a este Procurador Jurídico Municipal, na qual requer análise jurídica da legalidade do texto da minuta do Sexto Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência do Contrato celebrado em 01 de Agosto de 2017, com término em 31 de dezembro de 2017, entre o Fundo Municipal de Saúde e o Sr. Elivaldo Pereira Barbosa.

Tem o "Termo Aditivo por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo por igual prazo, ou seja, de 31 de Janeiro de 2020 até 30 de Junho de 2020.

Instruem o presente processo os seguintes documentos: 1) Contrato Administrativo nº 20170502; 2) Manifestação favorável do proprietário em prorrogar o contrato; 3) Justificativa da necessidade do aditamento por parte da Secretário Municipal de Saúde; 4) Aditivo nº 05 do Contrato nº 20170502.

Relatado o pleito, passamos ao parecer.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Prefacialmente, assevere-se que a presente manifestação tem por referência os elementos constantes dos autos do processo administrativo em epígrafe, a análise está restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

O contrato administrativo é um acordo de vontades firmado por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações e contraprestações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada. As cláusulas obrigatórias de regência contratual são vistas no Estatuto das Licitações (Lei Federal nº 8.666/93), dentre as quais, as que determinam o prazo de vigência contratual e as exceções.

A Lei nº 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua. Para a prorrogação desses contratos, faz-se necessária, antes de tudo, a presença dos requisitos legais previstos no art. 57, II e §2º, *in verbis*:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§2.º Toda prorrogação deverá ser justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato".

Em regra, a duração dos contratos dessa natureza (serviços contínuos) não pode superar o limite de 60 (sessenta) meses, por imposição legal da Lei nº 8.666/93. No caso em tela, a prorrogação pretendida não acarreta a extrapolação desse limite, a vantagem aqui referida não significa apenas o menor preço pago pela Administração. Deve-se analisar caso a caso, cotejando os interesses da Administração com os serviços que serão efetivamente necessários para atender suas necessidades.

Pode-se considerar a demonstração do interesse por parte do Secretário Municipal de Saúde na continuidade dos serviços, bem como sua aprovação formal foram supridas pela apresentação da motivação/justificativa e aprovação da proposta. Também o limite de vigência foi exaustivamente exposto.

Consta na CLÁUSULA QUINTA do Contrato Administrativo nº 20170502 expressamente a possibilidade de prorrogação dos prazos estipulados contratualmente.

Constata-se que há interesse por parte da Contratada na continuidade do Contrato, conforme Termo de ciência e concordância.

No Comunidade do Água Branca o único serviço de prestação de energia elétrica é ofertado pelo Contratado, conforme declaração juntada da associação dos moradores dando conta da exclusividade do fornecedor de energia elétrica no momento da formalização do Contrato em questão.

Há a prestação regular dos serviços até o momento, inclusive no que tange a eficiência e à economicidade, sendo que manutenção do contrato será mais vantajosa para a Administração.

Portanto, restou devidamente demonstrado a necessidade da renovação do contrato, haja vista ser o Contratado o proprietário da única fonte geradora de energia elétrica na Comunidade do Água Branca e a Unidade de Saúde necessita de energia para fazer funcionar os equipamentos que são utilizados em consultas e exames.

III – CONCLUSÃO

Verifica-se do procedimento encaminhado para análise, que a prorrogação do prazo de vigência do contrato por 05 (cinco) meses atende aos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

requisitos legais, sendo suficiente para atender o interesse público, tendo em vista a necessidade de continuidade no desenvolvimento das atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que tem por objetivo garantir um atendimento eficaz para as pessoas que se encontram distantes da sede do Município de Itaituba, pois o fornecimento de energia elétrica é essencial à higiene, limpeza, conservação das vacinas, facilitando assim, as tarefas diárias dos profissionais da área de saúde.


Desta forma, relativamente à minuta do Termo Aditivo trazido à colação para análise, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, e em conformidade com a previsão contratual, inexistindo óbice na celebração do aditamento.

Face o exposto, a presente análise fica restrita aos aspectos jurídico-formais, no qual, opino pelo prosseguimento do feito.

Ressalve-se a necessidade de publicidade resumida do aditamento na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura (art. 61, p. Único) para que o ato tenha eficácia.

É o parecer, sub censura.

Itaituba - PA, 30 de Janeiro de 2020.


Atemistokhles A. de Sousa
Procurador Jurídico Municipal
OAB/PA nº 9.964